ISSN: 2358-8829

MEMÓRIAS DE UMA FAMÍLIA NO SERTÃO PARAIBANO SOBRE A EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Anna Beatriz Dantas Henriques [1]
Luana Micaelhy da Silva Morais [2]

INTRODUÇÃO

O processo de escolarização no Brasil foi marcado por fortes transformações históricas e sociais, e ao analisar todo o contexto histórico é revelado como o ensino foi sendo moldado por projetos e disputas. Além disso, compreender como a educação se consolidou em diferentes períodos nos permite analisar as práticas pedagógicas, as políticas públicas (e a falta delas) e as condições de acesso ao ensino, que marcaram, e ainda marcam, a trajetória de milhões de brasileiros.

Nesse aspecto, esta pesquisa irá contextualizar historicamente o sistema educacional brasileiro no período analisado; refletir sobre as experiências vivenciadas por sujeitos que participaram do processo de escolarização, analisar criticamente os avanços e retrocessos relacionados à alfabetização e ao acesso à educação, além de discutir sobre os elementos centrais do percurso da escolarização brasileira, articulando-os com as memórias individuais e coletivas que emergem desse processo. A análise histórica da escolarização brasileira possibilita identificar avanços, retrocessos e permanências estruturais que atravessam a formação do sistema educacional. E em contraponto, a memória exerce um papel fundamental para essa pesquisa, porque constitui um elo entre a experiência vivida e a interpretação do presente.

Sendo assim, esse trabalho está pautado na fundamentação teórica de Aranha (2006), Saviani (2013), Halbwachs (1990), Romanelli (2010), entre outros, que oferecem base teórica e subsídios para compreender a constituição histórica da escolarização brasileira quanto o papel da memória na reconstrução de trajetórias individuais e coletivas.

[1] Graduada em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, anna.henriques@aluno.uepb.edu.br;
[2] Professora orientadora: Mestra em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da ParaíbaPPGLI/UEPB, Doutoranda PPGLI-UEPB. Professora substituta do Departamento de Educação-UEPB; Especialista em Atendimento Educacional Especializado: Ampliando a pesquisa e fortalecendo a prática pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, luana.morais@servidor.uepb.edu.br.

ISSN: 2358-8829

Para a realização da pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa, tendo como método a história oral, cuja coleta de dados se deu pelas próprias narrativas dos entrevistados. Foram escolhidas oito pessoas, de uma mesma família composta por dezessete pessoas (sendo o pai e mãe, e quinze filhos), no interior da Paraíba. A partir das narrativas, podemos refletir sobre o processo de escolarização que aconteceu no interior paraibano nas décadas de 1960 e 1970, na cidade de Picuí, compreendendo como cada integrante vivenciou seu processo de alfabetização e escolarização, identificando as semelhanças, diferenças e padrões que se repetem. As entrevistas foram realizadas de forma individual, permitindo que cada um relatasse sua memória de maneira espontânea, trazendo suas experiências e percepções.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos uma abordagem qualitativa, com método da história oral, possibilitando a compreensão das experiências e percepções atribuídas pelos sujeitos as suas vivências. Ademais, as autoras Lankshear e Knobel (2008) afirmam que a pesquisa qualitativa diferencia-se das demais por depender de informações mais aprofundadas sobre eventos, processos, programas, questões, atividades, etc. Além disso, essas autoras também afirmam que essa pesquisa "está principalmente interessada em como as pessoas experimentam, entendem, interpretam e participam de seus mundos social e cultural" (Lankshear; Knobel, 2008, p. 66).

Dessa forma, buscando "analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano." (Marconi; Lakatos, 2007, p. 269). Ao considerar experiências individuais como expressões de processos sociais mais amplos, este método contribui para uma análise contextualizada e crítica.

A história oral, enquanto abordagem metodológica, ganha destaque por valorizar falas, histórias e vivências que são negligenciadas. Nesse sentido, Amado e Ferreira (2006) afirmam que:

> o uso sistemático do testemunho oral possibilita à História Oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (AMADO & FERREIRA, 2006, p. 14)

ISSN: 2358-8829

Por conseguinte, a história oral possibilita a valorização das narrativas dos sujeitos, considerando suas memórias e experiências como fontes legítimas de produção de conhecimento. Acerca disso, Paul Thompson (2006) discorre que esse método abrange muito mais que uma simples coleta ou pesquisa, "é a interpretação da história, das sociedades e das culturas por meio da escuta e do registro da história de vida das pessoas. E a habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar." (2006, p. 12).

Diante disso, percebe-se a importância da escuta sensível, o diálogo e o respeito, visto que a história oral exige do pesquisador a postura ética e atenta às singularidades de cada narrativa; assim, sua adoção nesta pesquisa justifica-se por possibilitar uma análise contextualizada e humanizada, fundamentada na valorização das vozes dos participantes. Além de que, utilizar a história oral permitiu valorizar as narrativas como fontes de reconstrução histórica, considerando a memória como elemento fundamental para a compreensão das práticas educativas e das dinâmicas sociais do período.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com um núcleo familiar composto por 17 pessoas que residem na cidade de Picuí, localizada no interior da Paraíba. Dos 15 filhos do casal, foram escolhidos 8 para participarem das entrevistas, tendo em vista a diversidade de gênero, as diferentes experiências educacionais e faixas etárias, possibilitando uma análise mais abrangente. Os entrevistados nasceram entre 1954 e 1967, e foram alfabetizados entre 1960 e 1974, período marcado por significativas transformações sociais e educacionais no contexto brasileiro. Nesta pesquisa, para garantir o anonimato dos participantes, foram utilizados nomes fictícios, buscando, contudo, preservar a dimensão humana e identitária dos sujeitos, conforme a perspectiva freireana. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas, organizadas por cinco perguntas norteadoras, elaboradas com o propósito de compreender as memórias dos participantes acerca de suas memórias educacionais.

Segundo os autores Cruz, Deslandes, Gomes e Minayo (2002), a entrevista é um método frequente no trabalho de campo, por meio dela obtemos informações fundamentais sobre percepções, crenças e significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências. As entrevistas foram realizadas por meio de gravação, posteriormente transcritas, aprovadas pelos participantes e organizadas em categorias para análise. As categorias foram: diferença do tempo de alfabetização, processo de alfabetização, estrutura escolar e do ensino, afetividades e concepções de gênero no processo educacional. Ademais, as perguntas abordaram o ano de nascimento e de alfabetização, o

ISSN: 2358-8829

processo individual de alfabetização, a estrutura física e organizacional da escola, a relação estabelecida com os professores, e a trajetória escolar posterior, incluindo a série que os estudos foram interrompidos e os motivos pelos quais levaram à evasão, caso tenha acontecido.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da educação brasileira exige uma retomada de sua trajetória histórica, marcada por desigualdades sociais, disputas ideológicas e diferentes concepções de ensino. Desde o período colonial, com a chegada dos jesuítas em 1549, a educação esteve associada aos interesses religiosos e políticos da Coroa portuguesa, assumindo também um papel de controle cultural e social dos povos originários. Conforme Aranha (2006), a atuação dos missionários ultrapassava a difusão religiosa, constituindo-se como instrumento de dominação metropolitana. Nesse contexto, o ensino, organizado a partir do Ratio Studiorum, caracterizava-se pela rigidez, memorização e repetição, além de apresentar um caráter elitista e excludente, como destaca Saviani (2013).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, apesar de algumas mudanças institucionais, a educação permaneceu restrita a determinados grupos sociais. A expulsão dos jesuítas, em 1759, e a implantação das aulas régias não foram suficientes para estruturar um sistema educacional abrangente. Posteriormente, com a chegada da família real, em 1808, e a Independência, em 1822, ocorreram avanços na organização do ensino, embora a instrução primária continuasse marcada pela precariedade e pela desigualdade de acesso (ARANHA, 2006; ROMANELLI, 2010). A educação feminina, por exemplo, somente passou a receber reconhecimento legal com a Lei de 15 de outubro de 1827: “Art 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento” (Brasil, 1827), ainda que o ensino destinado às mulheres permanecesse limitado a conteúdos considerados adequados às funções domésticas e morais da época.

De acordo com Otaíza Romanelli (2010), com a Proclamação da República em 1889, logo em seguida foi promulgada a constituição de 1891, que assegurava no artigo 72º, inciso 6º, “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos” (Brasil, 1891, grifo nosso), a partir desse momento, a educação pública deveria ser desvinculada da religião, apesar de (até os dias atuais) algumas tradições religiosas ainda estarem

presentes no cotidiano escolar. Esse avanço, no entanto, não significou a democratização do acesso à educação, tendo em vista que as taxas de analfabetismo continuaram altas e a instrução restringia-se à camada mais privilegiada da população.

Na década de 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos representaram avanços na sistematização do ensino. Nesse mesmo período, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, defendeu uma escola pública, gratuita, obrigatória e laica, propondo uma educação mais democrática e centrada no estudante (ROMANELLI, 2010). A consciência da dimensão e importância histórica e política de sua atuação é observada na declaração de um dos signatários do Manifesto, o Paschoal Lemme (2004), que relembra:

> Com uma visão ampla e humanista do que deve ser a educação de um povo, respondemos ao desafio e demos o nosso recado, num documento que é geralmente considerado como a única manifestação concreta de uma categoria profissional e intelectual no traçado dos novos rumos para a sua especialidade para atender aos novos tempos que se anteviam para o País. Faz parte hoje da história da educação brasileira (2004, p. 155).

Apesar dessas iniciativas, a dualidade educacional e as desigualdades sociais permaneceram presentes, especialmente durante o regime militar, período em que a educação também foi utilizada como instrumento de controle ideológico e formação de mão de obra para atender aos interesses econômicos e políticos do país, conforme declara Ghiraldelli (2009):

> (...) exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, (...) tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional (Ghiraldelli Jr., 2009, p. 112).

Nesse percurso, as transformações educacionais evidenciam que a escola brasileira foi constituída por diferentes projetos de sociedade, nos quais as práticas pedagógicas e as políticas públicas refletiram os interesses e as disputas de cada contexto histórico. Compreender essa trajetória é fundamental para investigar as experiências dos sujeitos que vivenciaram diferentes momentos da história educacional, reconhecendo suas práticas, lembranças e percepções como elementos importantes para a construção do conhecimento histórico.

É nesse contexto que a memória assume papel fundamental na compreensão das experiências sociais e educacionais. Para Bosi (2009), a memória apresenta uma dimensão individual e coletiva, uma vez que as lembranças são influenciadas pelos grupos

ISSN: 2358-8829

sociais, pelos espaços e pelas relações estabelecidas ao longo da vida. De maneira semelhante, Halbwachs (1990) compreende que a memória individual se constrói a partir de referências coletivas, pois "os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos chegados a nós. Assim, os fatos e noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios" (1990, p. 49).

Dessa forma, recordar não significa apenas recuperar acontecimentos passados, mas reconstruí-los a partir das experiências e das referências do presente. Nesse sentido, torna-se necessário distinguir memória e história. Enquanto a memória está vinculada às experiências vividas, aos afetos e aos grupos sociais, a história constitui uma reconstrução crítica e sistematizada do passado. Essa diferenciação é discutida por Halbwachs (1990) e aprofundada por Nora (1993). O autor evidencia que

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] No coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido (Nora, 1993, p. 9).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a memória e a história, embora possuam características distintas, estabelecem uma relação de complementaridade na construção do conhecimento histórico. Enquanto a memória preserva as experiências, os sentimentos e as interpretações dos sujeitos, a história busca analisá-los criticamente, considerando os contextos sociais, políticos e culturais nos quais estão inseridos. Assim, as lembranças não devem ser compreendidas como reproduções exatas do passado, mas como reconstruções atravessadas pelas vivências e pelos significados atribuídos no presente.

A partir dessa relação, a história oral apresenta-se como uma importante abordagem para a produção do conhecimento histórico, pois possibilita o registro e a análise das narrativas de sujeitos que vivenciaram determinados acontecimentos e contextos sociais. Segundo Thompson (1998), essa abordagem amplia as possibilidades de interpretação do passado ao permitir o contato com diferentes pontos de vista. A autora Vera Alberti complementa e destaca que "A história oral permite o registro de

testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (2008, p. 155).

Portanto, ao articular a trajetória da educação brasileira às discussões sobre memória e história oral, compreende-se que investigar o passado educacional requer não apenas o estudo de documentos oficiais, leis e reformas, mas também a valorização das experiências daqueles que participaram diretamente desse processo. As narrativas individuais e coletivas permitem ampliar a compreensão das práticas educativas, das permanências e das transformações ocorridas ao longo do tempo, reconhecendo os sujeitos como participantes da construção da história da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para desenvolver as narrativas, utilizamos entrevistas com questões previamente elaboradas, permitindo aos participantes liberdade para relatar suas experiências e opiniões. Inicialmente, buscamos compreender o percurso de alfabetização dos participantes. Os relatos revelaram experiências distintas: enquanto alguns aprenderam a ler e escrever ainda na infância, outros enfrentaram dificuldades de acesso à escolarização. José, por exemplo, nasceu em 1962, iniciou os estudos em 1970, mas somente aprendeu a ler e escrever aos 25 anos. Segundo ele: “Só comecei a estudar quando a minha irmã começou a lecionar, ela lecionava em outro sítio, então eu ia de segunda a sexta para esse sítio”.

O depoimento evidencia como o acesso à educação dependia das condições sociais e geográficas, especialmente nas comunidades rurais, onde a disponibilidade de escolas e professores era limitada. Além disso, a aprendizagem também acontecia em espaços informais, como recordou Gorete: “Sentávamos aos pés da caraibeira, e desenhava as letras pra ver quem tinha a letra mais bonita. Eu aprendi mesmo ali a escrever, na areia”.

Essa experiência dialoga com Soares (1995), que compreende o alfabetismo como um conjunto de práticas sociais relacionadas à leitura e à escrita. Também se aproxima da vivência de Freire (1989), que relata ter aprendido a ler e escrever no quintal de casa, utilizando palavras de seu cotidiano. Assim, as narrativas demonstram que a

ISSN: 2358-8829

aprendizagem ultrapassa os limites da escola e se relaciona diretamente com o contexto de vida dos sujeitos.

Ao relatarem como eram as escolas em que estudaram, os participantes descreveram espaços improvisados, frequentemente instalados em residências de moradores, com mobiliário simples e ausência de carteiras. José recordou: “A sala de aula era na sala da casa [...] não tinha mesa, então tinha que escrever tudo na mão, apoiado nas pernas”. Francisco também destacou as condições do espaço escolar: “Era uma escola com mais de 20 alunos, mas funcionava em uma sala residencial [...] não tinham carteiras”.

Essas lembranças revelam as limitações da infraestrutura escolar e a participação da comunidade na oferta da educação. Também foram identificadas turmas multisseriadas, nas quais crianças de diferentes idades estudavam juntas. Ana relatou: “Tinham vários vizinhos que estudavam com a gente, todos tinham a mesma aula, independente da idade, tinham alunos de 8, 9, 13 anos”. Segundo Hage (2006), essas escolas desempenham um papel importante ao garantir o acesso à escolarização nas comunidades rurais, evitando deslocamentos longos, embora apresentem limitações pedagógicas e estruturais.

As entrevistas também revelaram diferentes experiências nas relações entre professores e alunos. Márcia recordou um episódio envolvendo o uso da palmatória: “A professora era mais rígida e quis me bater com a palmatória porque eu não tinha entrado a tempo na sala de aula; mas eu não tinha entrado porque as colegas tinham me empurrado e eu ralei o joelho”.

Por outro lado, as memórias de Maria e Lourdes demonstraram relações marcadas pelo afeto, especialmente porque suas professoras eram integrantes da própria família. Maria afirmou: “Era muito boa porque era minha irmã. Ela era muito atenciosa”. Essas experiências demonstram que as relações escolares eram atravessadas tanto por práticas disciplinares quanto por vínculos afetivos. Conforme Halbwachs (1990), a memória individual é construída em relação aos grupos sociais dos quais fazemos parte. Além disso, as práticas relatadas apresentam características da tendência pedagógica tradicional, marcada pela centralidade do professor, pela repetição, memorização e valorização da disciplina (Libâneo, 2006).

Outro aspecto identificado nas entrevistas foi a influência das condições familiares e das concepções de gênero na continuidade da escolarização. Márcia relatou

ISSN: 2358-8829

que seu pai não incentivava as filhas a prosseguirem os estudos: “Meu pai não queria que nós mulheres terminássemos os estudos, era só para aprender a ler e a escrever, os homens eram quem podiam estudar”. Em contrapartida, destacou o apoio da mãe: “Já minha mãe apoiava os estudos e nos incentivava a estudar”.

Com o apoio da irmã, Márcia mudou-se para a cidade, trabalhando durante o dia e estudando à noite, conseguindo concluir o ensino médio. Posteriormente, desenvolveu experiências profissionais por meio da prática. Seu relato evidencia como as desigualdades de gênero limitavam as oportunidades educacionais das mulheres, mas também revela estratégias de resistência e busca por autonomia. Essa reflexão aproxima-se de Freire (1996), ao compreender a educação como prática de liberdade e transformação da realidade.

De modo geral, as narrativas demonstram que as trajetórias de alfabetização e escolarização dos participantes foram atravessadas por fatores sociais, geográficos e familiares. As dificuldades estruturais, a participação comunitária, as práticas pedagógicas e as desigualdades de gênero marcaram suas experiências. Entretanto, os sujeitos construíram diferentes estratégias para aprender e dar continuidade à sua formação, evidenciando que a educação também acontece nos espaços cotidianos e nas experiências vividas ao longo da vida. Dessa maneira, as memórias dos entrevistados contribuem para reconstruir aspectos da história da educação local, dando visibilidade às condições e aos desafios enfrentados por aqueles que vivenciaram esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa buscamos refletir e analisar o processo de escolarização nas décadas de 1960 e 1970, a partir das narrativas de um núcleo familiar, evidenciando como as experiências individuais e coletivas contribuem para a compreensão da história da educação. Além de que, por meio da história oral, foi possível acessar memórias que revelam significados atribuídos à escola, valorizando a memória como fonte de conhecimento e de construção social.

Nesse percurso, dois eixos fundamentaram a pesquisa: a discussão histórica da educação brasileira e a análise da memória como ferramenta de investigação, essenciais para a compreensão dos relatos. A revisão histórica nos permitiu observar como os fatores políticos e sociais influenciaram nas formas de acesso à escola, os métodos de ensino e a organização escolar. Por sua vez, a abordagem da memória e da história oral possibilitou

analisar como essas experiências são ressignificadas pelos sujeitos, revelando dimensões que ultrapassam os registros oficiais.

No decorrer das análises, a alfabetização foi compreendida como um processo social que pode se desenvolver em diferentes espaços e situações. As narrativas marcaram aspectos como a precariedade da infraestrutura, o funcionamento de aulas em espaços improvisados, as distâncias percorridas pelos alunos, bem como também as relações familiares durante esse processo. Também observamos que mesmo diante das limitações, os sujeitos organizam estratégias para aprender.

Ao situar as experiências no campo da história educacional, compreendemos que as vivências fazem parte de um processo histórico marcado por desigualdades, especialmente em contextos rurais, mas também por transformações que ampliaram o acesso à escolarização e ressignificaram o papel da educação na sociedade.

Portanto, este artigo reafirma a importância da memória como ferramenta fundamental para a reconstrução da história da educação, permitindo a visibilidade a experiências que, por vezes, não são registradas nos documentos oficiais. Este estudo contribui para ampliar o olhar sobre a escolarização no Brasil, evidenciando que a educação ao longo dos tempos, não apenas reflete as transformações sociais, mas também atua como elemento central na produção dessas mudanças, exercendo seu papel na formação dos sujeitos e na construção de uma sociedade mais crítica e consciente.

Por meio da realização dessa pesquisa, podemos compreender sobre os processos históricos da educação e como eles impactam diretamente as práticas pedagógicas atuais; e nesse contexto, a importância da memória para resgatar vivências que enriquecem a compreensão desse processo educacional, principalmente ao que se refere a população, que muitas vezes, é esquecida.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ª ed, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
AMADO, Janaina.; FERREIRA, Marieta de Morais (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p 304.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BOSI. Ecleia. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estado Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.** Rio de Janeiro: Assembléia Constituinte, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 15 set. 2025

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro: Assembléia Constituinte, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 set. 2025

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1827. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.1.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

CRUZ NETO, Otavio; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidade**s. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ELI, Daniela; OTTO, Clarícia. **Entre risos: memórias de castigos escolares (1940-1975)**. Revista Cocar. Belém, vol. 9, n. 17, p. 55-67. 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HAGE, Salomão. **Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 87, n. 217, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador**. 2. ed. Brasília: Inep, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, 1993.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. (Org.). **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral: a pesquisa como experimento de igualdade**. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOARES, Magda Becker. **As muitas facetas da alfabetização**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1985.

SOARES, Magda Becker. **Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - História Oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Paul. Histórias de Vida como Patrimônio da Humanidade. In: **História Falada: memória, rede e mudança social.** SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.